

Congresso vai manter vetos

□ PMDB e PFL querem aprovar restrições de Sarney à legislação eleitoral

O PMDB e o PFL vão garantir a manutenção dos vetos do presidente José Sarney à Lei Eleitoral, segundo garantia dada ontem pelos deputados Genebaldo Corrêa, vice-líder do PMDB, e José Lourenço (PFL). Para ambos, embora resultantes de acordo de lideranças, os dispositivos vetados pelo Presidente da República não prejudicam os interesses políticos dos dois maiores partidos no Congresso Nacional.

A reforçar a previsão de manutenção dos vetos, está a posição do PT, que, de acordo com o seu líder na Câmara, José Genoíno (SP), acha que o governo agiu bem em relação aos vetos. Para o PT, que ainda espera ganhar a adesão de Miguel Arraes, a ampliação do prazo de filiação partidária é importante a esta altura da campanha sucessória.

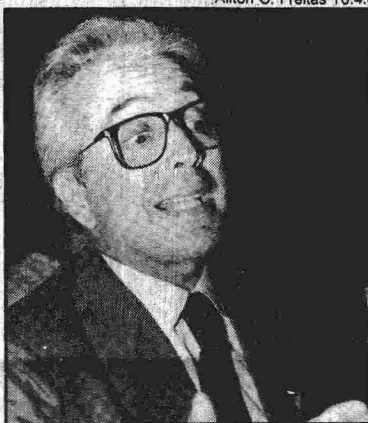
Só mesmo o vice-presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), acha que os vetos devem ser derrubados. Mas, a julgar pela posição oposta do líder de seu partido, isso é mais desejo que previsão.

Inocêncio de Oliveira, disse que o Congresso poderá derrubar os vetos do presidente José Sarney à Lei Eleitoral, já que o "texto original é resultado de um amplo entendimento entre os partidos políticos". Inocêncio criticou dois vetos, considerados por ele como "os mais importantes": o que garante registro de candidatura de partidos que não têm representação no Congresso Nacional, e o que acaba com o prazo de filiação partidária e de desincompatibilização no dia 15 de maio, seis meses antes das eleições.

Líder

Apesar de pregar um esforço de lideranças para garantir a derrubada dos vetos, Inocêncio está contrariando a postura adotada pelo líder do seu partido, deputado José Lourenço (PFL-BA), em relação à lei. Lourenço disse que concorda com todos os vetos do presidente José Sarney e que orientará sua bancada para manter integralmente o texto sancionado anteontem.

O PT pretende manter exatamente os vetos considerados "inaceitáveis" por Inocêncio. O argumento do partido é o de que o fim da exigência de representação no Congresso Nacional para o regis-



Lourenço e Genebaldo acham difícil Congresso derrubar vetos

tro de uma candidatura, torna a eleição mais democrática. O fim do prazo de filiação partidária significa para o PT uma possibilidade maior de adesão do governador Miguel Arraes à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, não estando ainda descartada a hipótese de Arraes compor a chapa petista como vice-presidente.

Inocêncio de Oliveira rechaçou o argumento de que a garantia de registro de candidatura tornará o processo mais democrático. Para ele, isso só viria a tumultuar ainda mais o processo eleitoral, argumentando que no Brasil "existem mais de 30 partidos e se todos tiverem direito a lançar candidatura o eleitor não poderá analisar, sequer, o programa de governo de cada um".

O vice-presidente da Câmara acredita que a realização inicial da liderança do PFL e do PT não tem "influência significativa em uma votação de plenário", pois se houver unanimidade entre os outros partidos o veto será derrubado. Para ele, a matéria terá que ser apreciada antes do dia 30 de junho, "tempo suficiente para negociarmos a manutenção do acordo de lideranças que aprovou o projeto em uma primeira fase".

PMDB

O PMDB não será mobilizado para derrubar os vetos do presidente Sarney à legislação eleitoral, porque as alterações feitas não prejudicam o candidato do partido, segundo Genebaldo Corrêa, amigo pessoal de Ulysses Guimarães.

Quem quiser derrubar os vetos terá de obter o voto, em escri-



tínio secreto, de 248 deputados e 38 senadores. Genebaldo Corrêa acha que ao PMDB não interessa tentar, porque do ponto de vista do partido nada de substancial foi alterado, e foram mantidos itens fundamentais, como a divisão do horário gratuito de rádio e televisão e a convalidação das convenções já realizadas.

O senador Jorge Bornhausen, do grupo dissidente do PFL, acredita que não existe motivação contrária aos vetos suficientes para formar a maioria absoluta.

PDT

O ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT, disse no Rio que ainda irá "avaliar com profundidade" as consequências dos vetos do presidente José Sarney à nova lei eleitoral. Brizola lamentou, porém, o que julgou ser "o fortalecimento do Tribunal Superior Eleitoral", porque, com os vetos de Sarney, não será assegurado aos partidos recorrer contra as decisões deste tribunal.

"Isto é inconstitucional", garantiu Brizola, que atribui somente ao Supremo Tribunal Federal a capacidade de dar "a palavra final e definitiva" sobre uma disputa jurídica. Leonel Brizola considerou "grave" o fato de o TSE ser inquestionável e teme que isto o prejudique. "No ano passado, sofri os efeitos de uma decisão injusta deste tribunal, que me afastou da televisão, onde defenderia o meu partido na eleição municipal", contou Brizola, para quem o TSE mostrou-se, recentemente, "omisso" por permitir a presença do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, em programas de outros partidos que não o seu.

Alilton C. Freitas 16.4.89

Arquivo 23.6.88